

Usos discursivos e os postulados da gramaticalização: um estudo da expressão modalizadora *pode ser*¹

Discursive Uses and Grammaticalization Postulates:
a Study on the Modal Expression *pode ser*

Cibele Naidhig de Souza Carrascossi
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Resumo

O artigo discute a adequação, ou não, dos postulados da gramaticalização ao desenvolvimento de itens em direção ao nível discursivo. Consideram-se diversos posicionamentos dos estudiosos em relação à questão, e apresenta-se um estudo de caso, o da expressão modalizadora *pode ser*, na língua portuguesa do Brasil. Assentado na teoria funcionalista, o exame revela um deslizamento no funcionamento da construção, da gramática ao discurso. Argumenta-se, então, que esses desenvolvimentos parecem mais condizentes com o processo de (inter)subjativização, nos termos de Traugott (entre outros: 2010), o qual, entretanto, não exclui o da gramaticalização.

Palavras-chave

Gramaticalização; usos discursivos; modalização; Funcionalismo.

Abstract

This paper discusses the adequacy of grammaticalization postulates, concerning the development of items toward the discourse level of language production. Different views on the

issue are discussed and a case study about the expression of modality *pode ser*, in Brazilian Portuguese, is presented. Based on the Functionalist Theory, the study reveals a slip in the operation of construction, from grammar to discourse. It is argued, then, that these developments seem more consistent with a process of (inter) subjectification (TRAUGOTT, 2010), though they do not completely exclude the grammaticalization process.

Keywords

Grammaticalization; discourse uses; modality; Functionalism.

1. Introdução

Casos em que uma expressão lexical ou gramatical assume uma função não propriamente gramatical, deixando de obedecer a restrições sintáticas e passando a cumprir restrições pragmáticas, tal como os marcadores discursivos, certos predicados de atitude proposicional, entre outros elementos que refletem estratégias interativas de comunicação, constituem ponto de discussão entre os estudiosos dedicados aos fenômenos da mudança linguística no paradigma da gramaticalização. Embora revelem alguns encaminhamentos contrários ao processo, em um enfoque mais tradicional, esses desenvolvimentos são condizentes com importantes tendências de gramaticalização. Em foco, portanto, estão questões como: esses casos podem ser compreendidos como continuação do processo de gramaticalização? Os pressupostos teóricos da gramaticalização podem explicar mudanças rumo ao nível discursivo?

Há trabalhos que defendem esses percursos linguísticos como conciliáveis com o aparato teórico da gramaticalização. Entretanto, de modo geral, verifica-se certo desconforto em assim tratá-los. Por isso, alguns linguistas propõem que apenas um processo distinto e paralelo pode dar conta desse tipo de desenvolvimento, e outros estudiosos se esquivam de assumir uma posição categórica, postulando que a gramaticalização seja compreendida não em termos de sim ou não, mas em termos de graduação, de prototipicidade.

Como se observa, o tema deste artigo, a relação entre usos discursivos e a gramaticalização, é controverso e demanda discussão. Neste trabalho, busca-se problematizar a questão com a análise de diferentes posicionamentos teóricos e com um estudo de caso, o da expressão modalizadora *pode ser*, na língua portuguesa do Brasil.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo é organizado em três seções. Inicialmente, na seção 2, apresentam-se algumas reflexões sobre a conceituação e a natureza da gramaticalização. Na seção 3, em uma perspectiva funcionalista, analisa-se a expressão *pode ser* buscando-se apontar encaminhamentos

de gramaticalização que se revelam no exame da construção. Observa-se que existe um deslizamento da operação de *pode ser*, da sintaxe para o discurso, e que a expressão atua, em determinadas ocorrências, como uma peça avulsa, extremamente útil no gerenciamento das relações interpessoais. Na seção 4, com base em questionamentos levantados no estudo da construção *pode ser*, discute-se a (in)adequação de usos discursivos aos postulados da gramaticalização.

2. Breve incursão pela conceituação e pela natureza da gramaticalização

A gramaticalização é compreendida como o processo de mudança linguística pelo qual uma palavra ou expressão lexical torna-se gramatical ou, se já gramatical, torna-se cada vez mais gramatical (HEINE *et al.*, 1991; TRAUOGOTT; HEINE, 1991; HOPPER; TRAUOGOTT, 1993, entre outros).

Nesse processo, revela-se a constante adaptação das línguas, a acomodação de suas gramáticas, que, afinal, é comandada pelas pressões do sistema e pelas pressões de ordem comunicativa (NEVES, 1998). Para Martelotta (2010), a gramaticalização é consequência de uma tendência extremamente forte nas línguas naturais, que faz com que determinados elementos assumam funções de caráter cada vez mais gramatical.

Na base do entendimento do processo está a diferenciação entre itens lexicais e gramaticais, a qual, entretanto, não deve ser tomada como dicotômica, mas sim pautada em um *continuum*, como bem observam Hopper e Traugott (1993). Os primeiros são usados para reportar ou descrever coisas, ações, qualidades; os últimos, para ligar partes do discurso, para indicar se entidades e participantes de um discurso já são identificados, e para mostrar se eles estão próximos do falante ou do ouvinte (HOPPER; TRAUOGOTT, 1993, p.3).

O trabalho com a gramaticalização, seja de uma perspectiva diacrônica, sincrônica ou pancrônica, envolve alguns conceitos básicos, tais como o de *cline*, com o qual dialogam as igualmente fundamentais noções de gradualidade e de unidirecionalidade.

No processo de gramaticalização, as formas não saltam abruptamente de uma categoria para outra, mas seguem graduais etapas (*clines*) de transição, que tendem a ser similares em todas as línguas. Diacronicamente, o *cline* é um trajeto ao longo do qual as formas se desenvolvem, uma espécie de “aclive escorregadio” (HOPPER; TRAUOGOTT, 1993, p.6) que guia o desenvolvimento dos itens

linguísticos. Sincronicamente, um *cline* pode ser entendido como um *continuum*: um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária em que de um lado está a forma mais lexical ou menos gramatical e de outro a forma mais gramatical.

Associada à noção de *cline*, está a unidirecionalidade, considerada a característica básica do processo, de acordo com a qual as mudanças na gramaticalização seguem na direção de um item lexical para um gramatical, ou de um menos gramatical para um mais gramatical, sendo tal direção irreversível.

As mais pesadas críticas à gramaticalização recaem, sem dúvida, sobre o princípio da unidirecionalidade, como pode ser notado, por exemplo, nos diversos artigos apresentados no volume 23 da revista *Languages Sciences* (2001), todos voltados ao questionamento da gramaticalização. Em geral, a crítica se faz apoiada em exemplos contrários, que desqualificam, dizem os detratores, a consideração da unidirecionalidade como o critério definidor do processo, como muitas vezes está assumido nos trabalhos sobre gramaticalização. O peso dos exemplos contrários precisa ser relativizado, porém, pois muitos deles resultam de uma análise inadequada (HEINE *et al.*, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE, 2003). Contudo, os defensores do princípio reconhecem a existência de casos contrários à unidirecionalidade, mas consideram que a frequência muito pequena corrobora a direção prototípica das mudanças na gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE *et al.* 1991).

Diferentemente da unidirecionalidade, as tendências e os mecanismos atuantes na gramaticalização são variáveis em número e espécie e não são necessários ou suficientes para caracterizá-la.

Em proposta já bastante conhecida, Heine (2003) busca captar a dinâmica do processo apresentando quatro mecanismos inter-relacionados, que entram em ação na gramaticalização:

- a) *Extensão* (ou generalização contextual) – refere-se ao desenvolvimento de usos em novos contextos.
- b) *Dessemantização* (*bleaching*, redução semântica) – refere-se à perda de conteúdo semântico da forma de origem. Quando a expressão é utilizada em novos contextos, ela é reinterpretada, e, por isso, tende a perder parte do significado da forma fonte.
- c) *Descategorização* (mudança categorial) – refere-se à perda de propriedades morfossintáticas das formas de origem, incluindo a perda de estatuto de palavra independente (cliticização, afixação).

- d) *Erosão* (ou redução fonética) – refere-se à perda em substância fonética, decorrente do aumento da frequência de uso do item. A expressão tende a sofrer coalescência (fusão de formas adjacentes) e condensação (diminuição de forma).

Cada um desses parâmetros refere-se a um diferente aspecto da estrutura da língua (pragmática, semântica, morfossintaxe e fonética, respectivamente). Heine (2003) observa que nenhum desses mecanismos é restrito à gramaticalização mas, juntos, eles são responsáveis por ela ocorrer.

Entretanto, já é fato bastante enfatizado pelos estudiosos que a identificação da gramaticalização não se faz em exigência da implementação de todos os mecanismos normalmente identificados com a gramaticalização, o que reflete certa imprecisão quanto aos limites do processo. Por isso, uma das preocupações dos estudiosos consiste em buscar maneiras de delimitar suas fronteiras. Nesse sentido, duas propostas bastante conhecidas são as de Lehmann (1982 [1995]) e a de Hopper (1991).

Para Lehmann (1982[1995]), a gramaticalização de um item se verifica por meio de seu grau de autonomia, quanto mais avançado no processo, menos autônomo será o item. Os critérios propostos pelo autor objetivam, então, verificar o grau de autonomia do signo e resultam do cruzamento de três aspectos (peso, coesão, variabilidade) com os eixos paradigmático e sintagmático. De acordo com os critérios, à medida que o signo se desenvolve no processo, mais ele tende a: diminuir a integridade semântica e fonológica (dessemantização e atribuição) e o escopo estrutural (condensação); tornar-se mais coeso dentro do paradigma ao qual pertence (paradigmaticidade), mais unido com outros elementos (coalescência), obrigatório (obrigatoriedade), fixo no sintagma (fixação).

Os critérios de Lehmann relacionam-se com o modo mais tradicional de compreender a gramaticalização, em que o processo está fortemente ligado ao desenvolvimento da morfologia. A mesma perspectiva é assumida em trabalhos como Givón (1979) e Heine e Reh (1984), que estão entre os mais comumente aventados nos estudos sobre gramaticalização. De acordo com Givón (1979), na gramaticalização, o modo pragmático de comunicação dá lugar ao modo sintático, ou seja, as estruturas discursivas, com vinculação sintática mais fraca, desenvolvem-se em estruturas gramaticalizadas, com vinculação sintática mais forte. A gramaticalização, para Heine e Reh (1984), é “uma evolução pela qual as unidades linguísticas perdem complexidade semântica, significação pragmática, liberdade sintática e substância fonética” (HEINE; REH, 1984, p.15).

A proposta de Hopper (1991) é complementar à de Lehmann (1982[1995]). Diferentemente dos parâmetros de Lehmann, que identificam o processo em estágios mais avançados, quando a gramaticalização já é dada como certa, os cinco princípios de Hopper (estratificação, especialização, divergência, persistência e descategorização) visam a identificar casos mais incipientes de gramaticalização. Eles serão utilizados no exame que se apresenta na próxima seção, em que serão explicitados.

Os princípios de Hopper (1991) mostram-se mais adequados para a avaliação da gramaticalização de elementos que se desenvolvem em direção ao nível interpessoal, como itens processuais, ligados à organização da comunicação que, na verdade, constituem um dilema conceitual para a gramaticalização, afinal apresentam características contrárias às tradicionalmente consideradas.

Tais elementos, no seu desenvolvimento, adquirem valor essencialmente pragmático-discursivo e, além de não desempenharem funções tipicamente gramaticais, com o avanço do processo, têm escopo ampliado e ganham maior liberdade sintática e de posicionamento no enunciado. Esses casos só podem ser explicados em um modo mais amplo de se compreender a gramaticalização, em que o enfoque está nas mudanças semântico-pragmáticas. Essa é a perspectiva assumida por Traugott (1995a, 1995b, entre outros), para quem o processo é visto como envolvendo, essencialmente, aumento em função pragmática e subjetivização. Porém, mesmo assentada nessa perspectiva de gramaticalização, não é pacífica a identificação de gramaticalização para esses encaminhamentos, conforme será discutido na seção 4, após estudo da expressão modalizadora *pode ser*.

3. Exame da expressão *pode ser* no paradigma da gramaticalização

Nesta seção, examina-se a expressão modalizadora *pode ser* em dados sincrônicos do português brasileiro, enfatizando-se percursos próprios de gramaticalização que facilmente ressaltam ao estudo dessa construção.

Como suporte teórico-metodológico, utiliza-se a teoria funcionalista da linguagem, nos termos de Dik (1997a, 1997b). Em uma perspectiva funcionalista, as formas de uma língua são meios para um fim e não um fim em si mesmas e, então, a explicação para as estruturas deve ser buscada nos usos. A análise inclui, então, além da estrutura linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e o conteúdo discursivo.

O *corpus* examinado é composto por textos escritos e falados que totalizam 15.770.934 palavras. Os textos de língua escrita são retirados do Laboratório de Lexicografia da UNESP de Araraquara, produzidos no período compreendido entre 1950 e 2000 e diversificados pelos tipos dramático, oratório, de propaganda, técnico, romanesco e jornalístico. Esse banco de dados é composto por 15.378.424 palavras distribuídas pelas subamostras conforme mostra o quadro:

QUADRO 1

A extensão dos arquivos que compõem as literaturas do *corpus* de língua escrita

Literatura	Extensão em número de palavras
Romanesca	5.401.605
Jornalística, Crônicas e Correspondências	4.414.113
Técnica	3.135.771
Dramática	1.270.300
Oratória	966.809
De Propaganda	189.826
Total	15.378.424

Fonte: Elaboração própria

Os textos de língua falada analisados são as transcrições de 60 inquéritos do NURC (Norma Urbana Culta) distribuídos igualmente pelas cinco capitais (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador) e pelos três tipos de inquéritos (elocução formal, diálogo entre informante e documentador, diálogo entre dois informantes) abarcados pelo projeto. No quadro seguinte apresenta-se a soma total de palavras dos inquéritos utilizados:

QUADRO 2

Número de palavras do *corpus* de língua falada, distribuído pelo tipo de inquérito

Tipos de inquéritos	Número de palavras
Diálogo entre dois informantes (D2)	177.145
Diálogo entre informante e documentador (DID)	108.077
Elocuções Formais (EF)	107.288
Total	392.510

Fonte: Elaboração própria

As amostras de fala e de escrita têm extensões díspares, porque a opção foi utilizar integralmente o banco de dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP de Araraquara, que é extenso, e selecionar 60 inquéritos de língua falada (20 de cada tipo, sendo 4 de cada capital), sem recortes.²

Localizaram-se, no *corpus* da pesquisa, 357 ocorrências da expressão *pode ser* distribuídas da seguinte forma nos dois contextos sintáticos privilegiados pela investigação: a) 226 (63%) são *predicado encaixador de proposição* (*pode ser*₁), como na ocorrência (1); b) 131 (37%) são *construção independente sintaticamente* (*pode ser*₂), como nas ocorrências (2) e (3).

- (1) *Além da umidade, o dia está cinzento, enevoado. O sol hoje não apareceu. Pode ser que apareça mais tarde. Não é muito certo, não.* (CVB)³
- (2) – *Voce está querendo provar que Deus é justo.*
O estrangeiro pensou um pouco...
– *Pode ser.* (DSP)
- (3) – *Tem anil?*
– É botequim, limitou-se a responder o proprietário, palitando a boca.
– Então me dê uma cachaça, acrescentei como náufrago.
O mulato apanhou a garrafa, estendeu-se um copo embaçado:
– Dupla?
– *Pode ser.* (BH)

Pode ser,⁴ como nos enunciados apresentados, é uma forma de expressão de modalidade, por meio da qual o enunciador marca um posicionamento epistêmico (1 e 2) ou deontico (3). Em (1), *pode ser*₁ indexa posicionamento do falante em relação ao conteúdo proposicional por ele apresentado. Em (2), *pode ser*₂ indexa posicionamento do enunciador em relação ao ato de fala expresso por seu interlocutor, constitui uma fórmula avulsa, sem nenhum vínculo sintático nos enunciados em que ocorre.

Como expressão de intersubjetividade, de amplo espectro, *pode ser*₂ forma um conjunto altamente produtivo no discurso, sendo utilizado, inclusive, em situações de oferecimento e de pedido, como em (3). São usos que envolvem aceitação, concessão nas relações interpessoais, e que implicam um valor modal deontico. Ao responder a um oferecimento com *pode ser*₂, o enunciador revela certa indiferença em relação ao processo. Nesse caso, *pode ser*₂ representa um

assentimento que se resolve não em termos de conhecimento (epistêmico), como (2), mas em termos de conduta, de ação (deôntico).⁵

O estudo de outras construções modalizadoras, analisadas como casos de gramaticalização no português, tais como *(eu) acho (que)* (GALVÃO, 1999), *parece (que)* (GONÇALVES, 2003), *(eu) acredito, creio* (JUBRAN, 2006) faz parecer natural que *pode ser*₂ represente um estágio do desenvolvimento de *pode ser* em que a sentença matriz se desprende da sentença encaixada, tornando-se uma fórmula avulsa de modalidade com valor adverbial.

No caso dos predicados encaixadores citados (*acho, parece, acredito, creio*), os autores mostram que, em estágio mais avançado de desenvolvimento, as construções atuam como um elemento independente, um constituinte não argumental, com função modalizadora. Ao se tornar um elemento independente, essas formas ganham maior liberdade de posicionamento e são analisadas, em modelos funcionalistas, como satélites atitudinais.⁶

De fato, parâmetros de gramaticalização aplicados aos dados indicam que *pode ser*₂ é um uso mais desenvolvido que *pode ser*₁. Para demonstrar isso, os princípios de Hopper (1991) - estratificação, especialização, divergência, persistência e descategorização - são utilizados.⁷

A **estratificação** refere-se à coexistência, em um domínio funcional, de diversas camadas, ou seja, de camadas alternantes. Dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo e, quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com as camadas mais recentes.

A aplicabilidade desse princípio envolve a avaliação do domínio funcional ao qual pertence o item. *Pode ser*₁ e *pode ser*₂ coexistem, no paradigma das formas de avaliação epistêmica, com muitas formas de expressão de modalização epistêmica. Assim, *pode ser*₁ e *pode ser*₂, como nas ocorrências (1) e (2), podem ser parafraseados por construções tais como *é possível(que)*, *possivelmente*, *talvez*, *quem sabe*, entre outras. As possibilidades de paráfrases revelam que o princípio da estratificação se aplica a *pode ser*, pois, sincronicamente, essa marca de avaliação epistêmica soma-se a outras dentro do mesmo domínio funcional.

Em relação a *pode ser*₂, deôntico, como na ocorrência (3), as correspondências com outras expressões não se mostram muito produtivas. Nesses casos, *pode ser*₂ marca um assentimento do enunciador com condescendência ou má vontade. O sentido de concordância encontra equivalência aproximada em construções tais como *sim* ou

tudo bem, por exemplo, mas o posicionamento do enunciador que *pode ser*₂ indexa nesses casos, de hesitação, de descaso, de dúvida, de incerteza ou de indiferença em relação ao processo, não encontra fácil correspondência em outras expressões linguísticas. A disposição do enunciador de certo descaso estaria garantida se a expressões como *sim* ou *tudo bem* fossem somados recursos extralinguísticos, tais como linguagem corporal, gestos, tom de voz, etc., além de fatores como conhecimento mútuo. Essas considerações já evidenciam o importante papel de *pode ser* no jogo discursivo.

Em outros termos, com a função de expressar assentimento sem muita segurança, com má vontade (*pode ser*₂, deôntico, tal como na ocorrência 3), a construção parece não ter concorrentes, indicando, assim, estreitamento de escolhas dentro desse domínio funcional. Por isso, usos deônticos de *pode ser*₂ são entendidos como uma instanciação de outro princípio de Hopper (1991), a especialização.

A **especialização** diz respeito ao estreitamento de opções para se codificar determinada função. Dentro de um domínio funcional, em um determinado estágio, várias formas, com diferentes nuances semânticas, são possíveis; quando a gramaticalização ocorre, essa variedade de escolhas formais estreita-se e um pequeno número de formas selecionadas assumem significados gramaticais mais gerais.

A **divergência** envolve a preservação da forma que deu origem a um processo de gramaticalização. Assim, o princípio da divergência resulta em pares ou múltiplos de formas que possuem etimologia comum, mas divergem funcionalmente.

Hopper (1991) observa que a divergência pode ser entendida como um caso especial de estratificação. Os dois princípios diferem, pois a estratificação refere-se a formas, em geral completamente distintas, que codificam uma mesma categoria, em determinado domínio funcional, enquanto a divergência remete a formas com diferentes estatutos gramaticais, porém com a mesma origem, em outras palavras, refere-se a uma forma que se gramaticaliza em um contexto, e não em outro.

Se se considera que *pode ser*, nos dois contextos examinados, predicado encaixador de proposição (*pode ser*₁) e construção independente (*pode ser*₂), apresenta graus distintos de gramaticalização, então o princípio da divergência é válido para essa expressão.

O princípio da **persistência** remete à conservação, por parte da forma que sofreu gramaticalização, de alguns traços semânticos da forma fonte. Quando uma forma sofre gramaticalização, alguns traços de seu significado lexical ou menos gramatical, desde que sejam gramaticalmente viáveis, tendem a permanecer na forma mais gramatical, e detalhes de sua história lexical (ou menos gramatical) podem estar refletidos em restrições em sua distribuição gramatical. Isso significa que, de acordo com esse princípio, pode-se esperar que algum traço da forma mais gramaticalizada reflita um estágio anterior do desenvolvimento do item.

A aplicação desse princípio a *pode ser* revela-se positiva, pois em todas as ocorrências analisadas, a expressão marca, em algum nível, o traço “ausência de certeza do falante”. Note-se que *pode ser*, em (1) e em (2), apesar das diferenças sintáticas, marca a falta de crença do falante, seu descomprometimento em relação ao conteúdo avaliado. É bastante relevador, ainda, que mesmo nos casos em que *pode ser*₂ assume valor deôntico de permissão concedida, como em (3), carrega, também, uma marca epistêmica, na medida em que registra a hesitação, a incerteza do enunciador.

O último princípio de Hopper (1991), a **descategorização**, é também um dos mais importantes mecanismos de gramaticalização, como indicado por outros estudiosos (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HEINE *et al.*, 1991; por exemplo). Tal princípio prevê que as formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar marcadores morfológicos e privilégios sintáticos característicos das categorias plenas, e a assumir atributos e privilégios sintáticos característicos de categorias secundárias.

As restritas e pouco produtivas flexões da expressão em estudo podem ser indício de descategorização. Investigaram-se, no *corpus* da pesquisa, as possibilidades de flexões modo-temporais do verbo modal *poder*, nos dois contextos examinados e com a mesma forma infinitiva (*ser*). Variações flexionais foram localizadas apenas nos dados de escrita: 8 ocorrências no presente do subjuntivo e 44 no pretérito imperfeito do indicativo. Observe-se, então, que os números são muito baixos comparados ao total de ocorrências de *pode ser* encontradas no *corpus* de língua escrita (333).

A forma no presente do subjuntivo, como nos enunciados seguintes, é utilizada com o mesmo valor de *pode ser*₁ e *pode ser*₂, no presente do indicativo:

- (4) – *Mas que inteligencia! Homem! Ai é que eu admiro o estudo, nunca que eu ia pensar essas coisas assim tão bem pensado, o estudo é uma grande coisa, benza Deus. Ioiozinho quer que eu mande comida também? Possa ser que dê fome em ioiozinho, essas coisas assim...* (VPB-R)
- (5) – *Pois eu acho que isso vai ser uma festa de urubu – disse Nestor.*
 – *Possa ser – disse o tenente.*
 – *Mas o senhor alembre que o caqui é mais duro para o bico do urubu.*
 – *Roupa possa ser – disse Nestor – mas o couro é mais.*
 – *Possa ser – disse o tenente. – Mas na companhia de um sargento corno e desertor, com um pirobo por chofer, não acredito muito, não.* (SAR-R)

Note-se que *possa ser (que)*, como nas ocorrências (4) e (5), expressa o mesmo valor de possibilidade epistêmica de *pode ser*_{1, 2}, como em (1) e (2), apresentados no início da seção. Nesses contextos, então, *possa* e *pode* são formas variantes. Mas *possa ser (que)* é muito pouco frequente no *corpus*, apresentando apenas 8 ocorrências das quais 6 são da mesma obra, o romance *Sargento Getúlio* de João Ubaldo Ribeiro, e retratam a fala de personagens de Aracaju, Sergipe.

Podia ser (que) é a flexão de tempo passado de *pode ser (que)* com valor de possibilidade epistêmica. Considerem-se os exemplos:

- (6) *O garoto olhava, surpreso. Não devia estar entendendo nada, e mesmo assim Elias sentia necessidade de continuar a conversa. Podia ser que – quando crescesse – uma daquelas palavras pudesse ajuda-lo numa situação difícil.* (OMC-R)
- (7) – *Ele disse que podia ser, não é, que Dona Marta sabia.*
 – *Dona... ia exclamando Delfino, para dizer ao menino que nao, que Marta não sabia de nada.* (MAL-R)

As 44 ocorrências de *podia ser (que)* localizadas no *corpus* são utilizadas predominantemente em discurso indireto livre, como em (6), e em discurso indireto, como em (7), o que explica a flexão no pretérito imperfeito do indicativo. *Podia ser (que)* é o modo de se referir à forma *pode ser (que)* dita, ou pensada, por alguém.

Há de se considerar que as poucas produtivas possibilidades flexionais nesses contextos podem ser interpretadas também como indícios de outro princípio de Hopper (1991), a especialização, pois revelam estreitamento de escolhas para se codificar determinada função.

Outro dado significativo em relação à descategorização é que *pode ser*₁ se mantém completamente fora da constituição da predicação principal. Nesses contextos, a expressão é um predicado encaixador de proposição, introduzindo um conteúdo proposicional, analisado como sujeito oracional e, desse modo, atua em um nível hierarquicamente superior da estrutura do enunciado, colocando sob seu escopo uma oração. Em outras palavras, *pode ser*₁ subcategoriza um constituinte (sujeito oracional), sem participar do conteúdo oracional principal. Na ocorrência (1) (*pode ser que o sol apareça mais tarde*), por exemplo, observe-se que a ausência de *pode ser*₁ não implicaria reflexos nas relações sintáticas da predicação principal (*o sol aparecer mais tarde*). A construção é essencial como portadora de atitude do falante em relação à proposição, atuando como um predicado de atitude proposicional, definido entre aqueles que “especificam a atitude de uma pessoa em relação aos fatos possíveis designados pelo complemento proposicional” (DIK, 1997b, p. 106).

O afastamento da posição nuclear da sentença é indício de perda de propriedades verbais de subcategorização da expressão. *Pode ser*₁ atua apenas como portadora de atitude do falante, assemelhando-se, nesse sentido, a elementos adverbiais como *talvez*, *possivelmente*, entre outros.

Contudo, embora assuma função própria de uma expressão adverbial, *pode ser*₁ não é invariável tal como esses elementos. A neutralização de número e pessoa em *pode ser*₁ é explicada pela sua sintaxe: com sujeito oracional a expressão fixa-se na terceira pessoa do singular. A flexão modo-temporal é possível, como observado, ainda que seja pouco produtiva, apontando para a rotinização, a cristalização da forma *pode ser*. Não se pode postular que *pode ser*₁ tenha estatuto de expressão adverbial, porém é possível reconhecer encaminhamentos condizentes com uma “adverbialização” (tais como a tendência à neutralização de marcas morfológicas próprias de expressão verbal e o posicionamento fora da constituição principal do enunciado), que tomam proporção mais importante em *pode ser*₂.

Nas ocorrências de *pode ser*₂, a expressão se realiza como uma forma completamente livre, não integrando nenhuma estrutura argumental nem mantendo nenhum vínculo sintático nos enunciados em que ocorre, ou seja, *pode ser*₂ não apresenta nenhuma propriedade de subcategorização.

Entretanto, *pode ser*₂, em seus contextos epistêmicos, não poderia ser analisado como um satélite atitudinal (a exemplo de outras construções

epistêmicas que se desgarraram de suas sentenças encaixadas, como (*eu acho*) (GALVÃO, 1999) e *parece* (GONÇALVES, 2003), por exemplo), afinal, embora a construção seja atitudinal, atua em uma camada mais elevada que a proposicional, em que atuam os satélites atitudinais, a camada dos atos de fala.⁸ A modalização marcada por *pode ser*₂ ocorre no nível interfrasal. Considere-se, novamente, a ocorrência (2), em que *pode ser*₂ constitui um ato de fala (atitudinal, modal) completo, que é uma reação a um ato de fala anterior do interlocutor (*Você está querendo provar que Deus é justo*).

O funcionamento da expressão está fortemente ligado ao fluxo da fala, especialmente quando não está ligada a uma oração encaixada (*pode ser*₁) e atua como uma peça avulsa (*pode ser*₂):

TABELA 1
A distribuição de *pode ser* em discurso contínuo e em interlocução

	Pode ser ₁	Pode ser ₂	Total
Discurso contínuo	89 (39%)	24 (18%)	113 (32%)
Interlocução	137 (61%)	107 (82%)	244 (68%)
Total	226 (100%)	131 (100%)	357 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Observe-se que o contexto prototípico de *pode ser* são as situações de interlocução, especialmente nas ocorrências de *pode ser*₂. É bastante significativo também que as situações de discurso contínuo são mais frequentes com *pode ser*₁ do que com *pode ser*₂. Mas o que é mais revelador da natureza interativa, dialógica de *pode ser*₂ é que a frequência em discurso contínuo deve ser relativizada, pois, mesmo nesses casos, a expressão representa um ato de fala em resposta a outro ato de fala. Embora o discurso contínuo seja, em princípio, discurso de uma só voz, nas ocorrências com *pode ser*₂, o falante estabelece um diálogo consigo mesmo ou traz diferentes vozes para seu enunciado e com elas interage. É o que se verifica na seguinte ocorrência:

- (8) *Fecho a cortina do box, e o vapor vai me comendo. Vou perdendo de vista o meu corpo e o resto. Um dia, na sauna, meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos. Pode ser. Não sei o que uma coisa tem a ver com a outra. Só sei que vou levar uns bons anos até acertar com outro chuveiro igual a este.* (EST)

Note-se que, em (8), o diálogo é fruto de uma elaboração mental do enunciador, e envolve a consideração da fala de outra pessoa, um amigo, que é trazida por meio de discurso indireto (*meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos*). Essas ocorrências aproximam-se bastante das situações dialógicas, pois, nelas, insere-se indiretamente o dizer de outra pessoa.

Fica evidenciado, então, que *pode ser*₂ se define como uma peça que tem funcionamento ligado à interação comunicativa, implicando, necessariamente, interlocução. Constitui em si um ato de fala apreciativo, completo, que incide sobre outro ato de fala.

Pode ser tem importante função no jogo discursivo, atuando no gerenciamento de pontos de vista divergentes, na proteção e defesa de faces dos interlocutores, no movimento organizacional do texto falado (orientador da interação comunicativa), na busca de aprovação do interlocutor, entre outras funções. Mas é na sua forma desgarrada (*pode ser*₂) que a expressão se estabelece mais fortemente papel como peça do discurso, formando um conjunto altamente solicitado, útil nas relações interpessoais. Observe-se a ocorrência seguinte, em que *pode ser*₂ atua na estruturação da conversação, colaborando para o movimento organizacional do texto falado:

- (9) *L2 ahn ahn... mas isso já está acontecendo você vê você deve conhecer uma experiência que fizeram com ratos de amontoar rato em::em gaiolas pequenas e deixar reproduzir reproduzir...*

L1 ahn

L2 chega uma hora quando essa popula/ população está assim que ... ah::mesmo tendo comida à vontade... mas esPAço vital de cada um muito restrito ... que deixam de::reproduzir ... não tem mais necessidade sexual né? Inclusive começam a se matar uns aos outros ... uhn uhn

[

L1 então é óbvio...mas o sistema é simples não dá colapso de população total...

L2 uhn

L1 para nós...como está ficando tudo muito complicado poder dar um colapso total...então o que eu acho é o seguinte...pode ser uma questão de probabilidade...surgir alguma coisa que dê colapso total...vê começa a

[

L2 **pode ser**

L1 juntar muita gente na cidade então...a::través de que
 atividades começa a planejar mais alimen::to et cetera então não tem
 nada disso de...diminuir a população certo?...vem chegando mais
 gente chegando mais gente chegando mais gente...mas ainda é um
 problema assim () vai chegar uma hora que::...(dá isso em) zebra né?
 (NURC / SP D2 343)

*Pode ser*₂, nesse enunciado, ocorre sobreposto à fala do locutor 1, demonstrando atenção, assentimento e/ou apoio do locutor 2 em relação ao raciocínio apresentado. Não se pode deixar de considerar que, nesse caso, a ocorrência *pode ser*₂ é também motivada pelo *pode ser* presente no enunciado do locutor 1 (*pode ser uma questão de probabilidade...*), mas com *pode ser*₂, o enunciador expressa que o interlocutor tem razão e tal atitude contribui para o desenvolvimento da conversação, na medida em que o falante produz um *feedback* para seu interlocutor, “encorajando-o” a prosseguir. Desse modo, o posicionamento epistêmico marcado por *pode ser*₂, no enunciado (9), colabora para a continuidade, para a manutenção da conversação e tal função pragmática é própria da classe de marcadores discursivos.

Usos de *pode ser*₂, em atos de fala interrogativos, localizados no final de enunciados, constituem um recurso pragmático bastante interessante. É uma fórmula utilizada para atenuar o ato de fala anterior que é ameaçador à face negativa do interlocutor, pois diz respeito sempre a algo que o falante deseja obter do ouvinte (um pedido, um oferecimento, uma imposição, etc.). Considere-se como exemplo, a ocorrência (10):

(10) *Queria que você me pagasse um Martini, pode ser?(LC)*

Em (10) o falante realiza um pedido e *pode ser*₂, nesse caso, atenua a força negativa que pode advir desse pedido. Com interrogativa *pode ser?*, o falante altera a força ilocucionária do ato de fala anterior, tornando o pedido mais polido. Em enunciados desse tipo, *pode ser*₂ reflete a previsão do enunciador de que o ouvinte apresentará uma objeção ou uma rejeição àquilo que o falante deseja obter, e é interpretado como uma estratégia do enunciador na tentativa de retirada de barreiras (TALMY, 1988; SWEETSER, 1990), que ele sabe que existem.

Desse modo, em enunciados como (10), o funcionamento da expressão a aproxima de modo bastante claro dos satélites de ilocução (DIK, 1997a, 1997b;

HENGEVELD, 1989; DIK *et al.* 1990), entendidos como elementos que modificam a força da ilocução básica de uma expressão linguística, de modo a torná-la adequada à estratégia comunicativa do falante (HENGEVELD, 1989, p. 151). Por meio dos satélites de ilocução, o enunciador pode reforçar ou mitigar a força de um ato de fala (HENGEVELD, 1989).

*Pode ser*₂ se realiza como um ato de fala completo, com independência ilocucional. Há, como deve estar claro a esta altura, um deslizamento da operação da construção *pode ser* da sintaxe (*pode ser*₁) para o discurso (*pode ser*₂). Em *pode ser*₁, a construção incide sobre um conteúdo encaixado; em *pode ser*₂, incide sobre atos de fala, o que significa dizer que há mudança no nível de atuação nesses usos, do representacional (*pode ser*¹) para o interpessoal (*pode ser*²). Nesse desenvolvimento, a construção se torna uma peça avulsa do discurso com função não propriamente gramatical. Com isso, voltamos, então, à questão: esse tipo de encaminhamento pode ser interpretado como gramaticalização?

Os princípios de Hopper (1991) mostraram-se aplicáveis a *pode ser*, mas isso, por si apenas, não é definitivo para a consideração de *pode ser* como um caso de gramaticalização. Tais princípios constituem ferramenta auxiliar na investigação de um processo de gramaticalização, e, como o próprio autor indica, quando a gramaticalização não é dada como certa, os parâmetros não permitem identificá-la sem ambiguidade (HOPPER, 1991, p.32).

4. Usos discursivos e postulados da gramaticalização

A relação entre usos discursivos e o arcabouço teórico da gramaticalização recebe diferentes tratamentos na literatura especializada. Há, ao menos, três posicionamentos em relação ao tema: a) a proposta de um processo distinto da gramaticalização – que recebeu diferentes designações, de acordo com o autor e sua visão do processo – para explicar desenvolvimentos discursivos; b) a ausência de um posicionamento rígido, em que os usos discursivos são entendidos como fenômenos de fronteira e, então, desnecessário é decidir se esses desenvolvimentos são casos de gramaticalização, ou não; c) a adequação de desenvolvimentos discursivos aos postulados da gramaticalização.

Na primeira perspectiva arrolada, em que se defende um processo distinto da gramaticalização para explicar os usos discursivos, identificam-se dois encaminhamentos: a) postula-se que o processo seja atrelado à gramaticalização,

como uma continuidade dela (MARTELOTTA *et al.*, 1996); b) considera-se que o processo seja absolutamente desvinculado da gramaticalização (ERMAN; KOTSINAS, 1993; AIJMER, 1997; CASTILHO, 1997, 2006).

Martelotta *et al.* (1996) propõem a discursivização como um processo diferente da gramaticalização, mas ligado a ela, na medida em que explica o desenvolvimento de itens já gramaticalizados que passam a assumir a função de marcador discursivo: “a trajetória do processo de discursivização é marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática” (MARTELOTTA *et al.*, 1996, p.68). A discursivização é, então, entendida como um “(...) processo de mudança, que leva o elemento linguístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo” (MARTELOTTA *et al.*, 1996, p. 60).

A discursivização situar-se-ia no final do tradicional ciclo funcional como proposto por Givón (1979) (*discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero*), representando, então, um retorno ao domínio discursivo e, portanto, uma espécie de contraexemplo à unidirecionalidade.

No entanto, é preciso observar que a proposta de discursivização nesses termos representa uma etapa da discussão superada pelos próprios autores (Oliveira e Votre (2009), Martelotta (2010), entre outros trabalhos). Em trabalho de 2010, Martelotta adere à proposta de Traugott e Dasher (2002), que será retomada adiante, considerando que “uma *teoria de inferência sugerida da mudança semântica* associada à gramaticalização dá conta desses casos propostos como exemplos de discursivização” (MARTELOTTA, 2010, p.166, destaque do autor).

Para estudiosos como Erman e Kotsinas (1993), Aijmer (1997) e Castilho (1997, 2006), os percursos que levam os itens a se expandirem em direção ao nível discursivo são absolutamente distintos daqueles que conduzem ao desenvolvimento de funções gramaticais, próprio da gramaticalização. O seguinte trecho, de Erman e Kotsinas (1993), é bastante esclarecedor de seu posicionamento:

Nós argumentamos que é possível (mas não necessário) que um elemento lexical desenvolva-se diretamente em um marcador discursivo **sem um estágio intermediário de gramaticalização**. Como uma consequência, nós sugerimos que itens lexicais em seu modo de tornarem-se palavras funcionais podem seguir dois trajetos, um deles resultando na criação de marcadores gramaticais, funcionando

principalmente no nível interno da sentença, o outro resultando em marcador discursivo servindo principalmente como recurso de estruturação textual em diferentes níveis do discurso. Nós reservamos o termo gramaticalização para o primeiro desses dois trajetos e propomos o termo pragmatização para o segundo. (ERMAN; KOTSINAS, 1993, p. 79-80, grifos nossos)

O termo pragmatização foi introduzido por Erman e Kotsinas (1993) e desenvolvido por Aijmer (1997). Em seu exame da construção inglesa *I think (that)*, Aijmer retoma a análise de Thompson e Mulac (1991), cujo texto é considerado básico no trabalho com a gramaticalização de elementos modalizadores. Thompson e Mulac (*op. cit.*) apontam que, como uma forma independente, *I think* atua fortemente como um advérbio epistêmico semelhante a *maybe* em relação à oração com a qual se associa e interpretam esse como um caso de gramaticalização.⁹ Aijmer (1997), por sua vez, salienta os valores discursivos de *I think* e defende a distinção entre gramaticalização e pragmatização, sendo que esse último processo explicaria o aproveitamento da construção no nível discursivo. De acordo com a autora, “*I think* foi ‘um passo além’ e se desenvolveu em um marcador discursivo ou partícula modal que é sintaticamente um ato de fala adverbial” (AIJMER, 1997, p.1). Essa parece ser uma interessante direção de pesquisa.

Outro modo de tratar os desenvolvimentos discursivos em relação à gramaticalização é apontado por Barth-Weingarten e Couper-Kuhlen (2002), em seu estudo de *though*, no inglês. As autoras observam que há uma mudança semântico-pragmática, em que o elemento deixa de se manifestar como uma conjunção de valor concessivo e passa a atuar como um marcador discursivo, estabelecendo relação no contexto discursivo, conversacional, à semelhança do que se verifica com outras expressões inglesas tais como *now*, *anyway* e *well*. Barth-Weingarten e Couper-Kuhlen (*op. cit.*) postulam que esses casos não são nem gramaticalização nem pragmatização, mas sim um fenômeno de fronteira, assim, a solução mais apropriada é tratar a noção de gramaticalização em termos de prototipicidade (BARTH-WEINGARTEN; COUPER-KUHLEN, 2002, p. 357). Esse posicionamento descarta a necessidade de se definir entre o sim e o não.

Há, ainda, a perspectiva daqueles que defendem a adequação dos usos discursivos aos postulados da gramaticalização. Traugott (1995b, 2003, 2007, 2010, entre outros) é considerada uma das grandes representantes desse ponto de vista. Em texto já bastante conhecido, Traugott (1995b) analisa, na língua inglesa,

o avanço dos itens *indeed*, *in fact* e *besides* em direção à classe dos marcadores discursivos. A autora argumenta que esses elementos constituem casos de gramaticalização, porque, no seu desenvolvimento, identificam-se descategorização, coalescência, redução fonética e dessemantização (tendências tradicionalmente relacionadas ao processo), além de fortalecimento de informatividade e subjetivização (características que Traugott (entre outros: 1989, 1995a, 1995b) defende como próprias de gramaticalização). Os elementos examinados contrariam diminuição de escopo e de liberdade sintática, critérios tradicionalmente associados à gramaticalização e, em vista do grande volume de casos como esses, Traugott (1995b) entende que eles deveriam ser considerados irrelevantes para alguns tipos de percursos de gramaticalização. A autora propõe que, ao lado dos tradicionais *clines* verbais e nominais da teoria da gramaticalização, seja considerado um *cline* em direção às partículas discursivas: *item lexical pleno* > *sintagma adverbial* > *advérbio sentencial* > *elementos discursivos* (TRAUGOTT, 1995b).

Traugott assume um enfoque semântico-pragmático da gramaticalização, em que o processo envolve o desenvolvimento de material gramatical que sinaliza perspectivas do enunciador (em relação aos eventos, às sentenças, aos interlocutores, ao tempo, ao aspecto, às crenças, etc.) e, portanto, acontecem em direção à subjetivização dos significados e ao aumento de função pragmática (TRAUGOTT, 1995a, 1995b, 2003, 2007, entre outros).

A gramática, na visão de Traugott, é estruturadora de aspectos comunicativos e também cognitivos da linguagem, engloba fonologia, morfossintaxe e semântica, e “é ampla o suficiente para licenciar a interação com as habilidades cognitivas gerais, tais como envolvidas na negociação falante-ouvinte que dá surgimento à gramaticalização” (TRAUGOTT, 2003, p. 626). Isso significa que a função pragmática que se nota no desenvolvimento de determinados itens, como os já citados, para Traugott, está dentro da gramática e, por isso, podem ser tratados pelo paradigma da gramaticalização.

Aí está uma questão essencial: o conceito de gramática a ser adotado na investigação. E é a essa tarefa que se lança Diewald (2011) ao discutir a inter-relação entre gramaticalização e pragmatização. Para a autora, o termo pragmatização surge para manter distintos os domínios da “gramática” e da “pragmática”, mas características fundamentais daquela estão enraizadas nessa e, então, a pragmatização pode ser compreendida como uma parte integral da gramaticalização (DIEWALD, 2011, p.451). Para demonstrar isso, discutem-

se três características entendidas como essenciais a qualquer conceito de gramática: integração paradigmática, obrigatoriedade¹⁰ e estrutura de significado relacional.

Para Diewald (2011), essa última característica da gramática é crucial para a compreensão da gramaticalização e da pragmatização. As categorias gramaticais possuem uma estrutura de significado relacional que estabelece uma relação entre dois pontos, a saber, o elemento linguístico que a categoria modifica e alguma outra entidade. Essa última entidade, o ponto de ancoragem da relação, é o dêitico *origo* (BÜHLER, 1982 *apud* DIEWALD, 2011), que tipicamente é o sujeito falante, mas que pode ser transferido para outros pontos. A relação dêitica a que se refere a estrutura de significado relacional diz respeito, então, à relação entre uma situação de ato de fala, o *origo* dêitico e a estrutura linguística (ou parte dela). Desse modo, fica evidenciado que a gramática possui uma ancoragem pragmática e, então, os fenômenos abrigados sob o rótulo pragmatização podem ser compreendidos como casos de gramaticalização, defende Diewald (2011).

Que gramática e uso linguístico estão inter-relacionados parece fora de dúvida, mas a natureza dessa inter-relação e os processos que emergem daí ficam por serem ainda absolutamente esclarecidos. Conforme bem pontuam Oliveira e Votre (2009, p. 103), uma série de especulações e reflexões pontuam a investigação sobre a relação entre gramática e discurso, tais como a precedência do domínio discursivo em relação ao gramatical.

Considerando-se a gramática como conjunto de regularidades linguísticas, como esfera estruturadora de aspectos linguísticos, parece razoável tratar desenvolvimentos em direção ao domínio discursivo, tal como *pode ser*, como casos de gramaticalização. Em contrapartida, como explicar a passagem de elementos mais gramaticais para um âmbito mais discursivo por via do processo de gramaticalização?

Diz Castilho (2006), ao examinar a função eminentemente discursiva de preposições na língua portuguesa, que tratar esses temas como casos de gramaticalização, “significaria fazer confluir para uma mesma dimensão processos linguísticos de variada ordem” (CASTILHO, 2006, p. 21), o que suscita certo desconforto. Gramática e discurso constituem diferentes esferas de análise linguística, que são articuladas, não subordinadas entre si e, então, “há grandes riscos em estabelecer relações de precedência entre módulos linguísticos tais como o Discurso e a Gramática” (CASTILHO, 1997, p.31). Um elemento

linguístico apresenta, ao mesmo tempo, propriedades gramaticais e discursivas e, dessa forma, não se pode estabelecer relação de subordinação ou derivação entre gramática e discurso.

Em outras palavras, as funções discursivas são veiculadas porque estão ancoradas na gramática, como qualquer peça da linguagem está, porém não parece ser o caso de supor uma relação de derivação entre gramática e discurso. Desse modo, embora reconhecidos percursos próprios da gramaticalização, assumir que o desenvolvimento de expressões como *pode ser*, como elemento absolutamente ligado ao fluxo interacional, é resultante de gramaticalização não parece adequado.

Neste estudo, em conformidade com Erman e Kotsinas (1993), Aijmer (1997), Castilho (1997, 2006), entende-se que desenvolvimentos em direção ao nível discursivo são mais condizentes com outro processo, distinto da gramaticalização. Tendo-se em conta a expressão *pode ser*, o processo que melhor explica o aparecimento de usos discursivos é a (inter)subjativização, nos termos de Traugott (2010, entre outros) e Traugott e Dasher (2002). O processo de intersubjetivização é definido como posterior à subjativização. Eles são mecanismos pelos quais “significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças (subjativização)”, e, “uma vez subjativizados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no interlocutor (intersubjetivização)” (TRAUGOTT, 2010, p. 35).

(Inter)subjativização, no entanto, não exclui a gramaticalização. Traugott (2010) indica que há inter-relação entre gramaticalização e (inter)subjativização, sendo mais frequente entre subjativização e gramaticalização, e mais rara entre intersubjetivização e gramaticalização.

Por hipótese, esses processos ocorrem no fluxo da fala, na interação verbal, por meio do que Traugott e Dasher (2002) chamam de inferência sugerida pelo contexto, um processo metonímico dependente da díade falante-ouvinte largamente aceito como importante mecanismo por trás da gramaticalização.

Para os significados modais, Traugott e Dasher (2002) indicam como fatores de aferição de grau de subjativização o tipo de força modal (por exemplo, epistêmica e deôntica) e a natureza da força modal (por exemplo, externa ou interna ao falante). Os significados modais são entendidos como intersubjetivos quando estão a serviço de estratégias de polidez, de atenuação, que visam à proteção da imagem do ouvinte.

Verifica-se, então, que, nos usos como construção independente (*pode ser*²) *pode ser* é mais subjetivo e mais intersubjetivo que nos usos como predicado encaixador de proposição (*pode ser*¹). Mais subjetivo, porque, mais frequentemente que em *pode ser*¹, a força modal é o próprio falante, nas interpretações epistêmicas e deônticas. Mais intersubjetivo, porque ocorre no fluxo conversacional, como reação a um ato de fala anterior e, principalmente, em determinadas ocorrências, tais como (9) e (10) apresentadas na seção anterior, como estratégia que revela a atenção do falante com a face do interlocutor. O processo de intersubjetivização explica, assim, o desenvolvimento da expressão *pode ser* como peça do discurso.

5. Considerações finais

O artigo buscou discutir o dilema conceitual para a gramaticalização representado pelo desenvolvimento de elementos em direção ao nível discursivo, como itens processuais, absolutamente ligados à organização da comunicação.

Analisou-se a expressão *pode ser*, como predicado encaixador e como construção independente, no paradigma da gramaticalização. O exame revelou que há encaminhamentos condizentes com a gramaticalização, mas que não podem ser considerados definitivos em relação à identificação do processo. Observou-se um deslizamento no funcionamento da construção, da sintaxe para o discurso, em que *pode ser* deixa de incidir sobre um conteúdo encaixado e passa a incidir sobre atos de fala, assumindo valor essencialmente pragmático-discursivo. Com funcionamento absolutamente ligado ao fluxo conversacional, *pode ser*, em determinados usos, forma conjunto bastante produtivo nas relações interpessoais.

Buscou-se mostrar que percursos em direção ao nível discursivo como esse são compreendidos de diferentes maneiras pelos estudiosos da gramaticalização. Apresentaram-se três perspectivas, em que se consideram esses casos como gramaticalização; como próprios de outro processo, distinto da gramaticalização; ou como fenômenos de fronteira.

Discutiu-se que considerar esses casos como gramaticalização, ou não, está em dependência do modo como se compreende o processo e, mais especificamente, o conceito de gramática. Em um enfoque baseado nas mudanças semântico-pragmáticas, comprometido com uma visão de gramática como estruturadora de aspectos comunicativos e também cognitivos, esses

encaminhamentos podem ser interpretados como gramaticalização. Porém, fica por explicar a passagem de elementos mais gramaticais para um âmbito mais discursivo por via da gramaticalização.

Para este trabalho, assumir a extensão de construções como *pode ser* em direção ao nível discursivo como um caso de gramaticalização não parece adequado. Mais pertinente parece ser tratar esses encaminhamentos como próprios de outro processo. Entende-se, especialmente com vista à construção sob exame, que tais percursos são mais condizentes com processo de (inter)subjetivização, que não exclui, entretanto, a gramaticalização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Por fim, reconhece-se a natureza polêmica e complexa da questão e nota-se que esses casos permanecem, ainda, sem solução definitiva.

Notas

¹ As considerações apresentadas neste artigo são parte revista da tese de doutorado desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves, com bolsa do CNPq (processo 141343/2008-7), na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (CARRASCOSSI, 2011).

² Naturalmente, essa composição do *corpus* requer atenção do analista com a interpretação de resultados, principalmente com a comparação de amostras e subamostras. Observe-se, entretanto, que isso não constitui dificuldade para as análises apresentadas neste artigo.

³ As letras entre parênteses representam as iniciais do nome da obra de onde as ocorrências foram extraídas, tal como foi dado no Laboratório de Lexicografia. Após as referências, apresenta-se a lista das abreviaturas utilizadas no artigo.

⁴ *Pode ser* refere-se aos dois usos sob exame. Para referência específica aos usos, utilizam-se as indicações *pode ser*₁ e *pode ser*₂.

⁵ Embora a expressão de modalidade, nessas ocorrências, seja um campo de análise muito interessante, está fora do escopo deste artigo discuti-la mais detalhadamente. Em Carrascossi (2011), a questão está bem explorada.

⁶ No modelo funcionalista desenvolvido por Dik (1997a, 1997b), os satélites são definidos como meios lexicais, opcionais, que fornecem informação adicional a qualquer um dos níveis de constituição do enunciado (predicado, predicação, proposição, atos de fala). Os satélites atitudinais são caracterizados por Dik *et al.* (1990.) como aqueles que especificam a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional ou em relação a parte dele. Os autores subdividem os satélites

atitudinais em: a) orientado para o conteúdo proposicional (por exemplo: *Na minha opinião*, ele deveria fazer isso); b) orientado para o evento (por exemplo: *Felizmente*, o cachorro foi logo encontrado); c) orientado para o participante (por exemplo: *Sabidamente*, João não respondeu ao desaforo) (DIK *et al.*, op.cit., p. 35-36).

⁷ Em Carrascossi (2011) analisam-se mais extensamente encaminhamentos de gramaticalização em *pode ser*. O artigo concentra-se nos princípios de Hopper (1991), dados os limites de espaço.

⁸ A estruturação do enunciado, na Gramática Funcional, contempla dois níveis, o representacional (mais baixo) e o interpessoal (mais alto), os quais abrigam camadas (predicado e predicação, no nível representacional; proposição e atos de fala, no nível interpessoal). As estruturas da oração são construídas gradualmente a partir das unidades menores (predicado, predicação) até chegar às unidades maiores (proposição, atos de fala).

⁹ Os enunciados analisados por Thompson e Mulac (1991, p. 313) são: *I think that we're definitely moving towards being more technological; I think 0 exercise is really beneficial, to anybody; It's just your point of view you know what you like to do in your spare time I think.*

¹⁰ As noções de integração paradigmática e de obrigatoriedade são compreendidas de modo semelhante a Lehmann (1982[1995]). A integração paradigmática de um signo “refere-se ao fato de que os membros de um paradigma gramatical, que como um todo é constituído por um valor categorial (...), estão fortemente ligados entre si” (DIEWALD, 2011, p.453); a obrigatoriedade “diz respeito ao fato de que, se há um paradigma englobando um grupo de valores opostos, uma escolha deve ser feita entre seus membros e não há modo de omitir essa informação” (DIEWALD, 2011, p.453).

Referências

AIJMER, K. I think – an English modal particle. In: SWAN, T.; WESTVIK, O.J. (Eds.). *Modality in Germanic Languages*. (Trends in Linguistics, Studies and Monographs, 99). Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 1-47.

BARTH-WEINGARTEN, D.; COUPER-KUHLEN, E. On the development of final though: a case of grammaticalization? In: WISHER, I.; DIEWALD, G. (Eds.) *New Reflections on Grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 2002. p. 345-361.

BÜHLER, K. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache. Mit einem Geleitwort von Friedrich Kainz*. Stuttgart: Fischer, 1982 [1934].

CARRASCOSSI, C. N. S. *Gramaticalização e (inter)subjetivização na modalização em português: um estudo de pode ser*. 170f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, n.19, p. 25-64, mar, 1997.

CASTILHO, A. T. Proposta funcionalista de mudança linguística. Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs.) *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador, EDUFBA, 2006. p. 223-296.

DIEWALD, G. Grammaticalization and Pragmaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.) *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011.

DIK, S.; HENGEVELD, K; VESTER, E.; VET, C. The hierarquical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A.M.; VET.C. (Eds.). *Layers and levels od representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 25-70.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. 2nd. rev. ed. Kees Hengeveld (Ed.). Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. 2. ed. Kees Hengeveld (Ed.). Berlin, New York: Mounon de Gruyter, 1997b.

ERMAN, B.; KOTSINAS, U.B.; Pragmaticalization: the case of 'ba' and 'you know'. *Studier i Modernsprakvetenskap* 10, p. 76-93. Stockholm: Almqvist and Wiksell, 1993.

GALVÃO, V. C. C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JANDA, R. D.; JOSEPH, B. D. (Ed.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HEINE, B.; REH, M. *Grammaticalization and Reanalysis in African Languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HENGEVELD, K. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, v. 25, p. 127-157, 1989.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.) *Approaches to Grammaticalization*, v. 1, Amsterdam/ Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 17-35.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. v.1. Construção do texto falado. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2006. p.301-358.

LEHMANN, C. *Thought on Grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on Grammaticalization: a Programatic Sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, v. 1), 1995 [1982].

MARTELOTTA, M. E. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p.139-171

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S.J.; CEZARIO, M.M. (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NEVES, M. H. M. Aspectos da gramaticalização em português. In: DUARTE, L.P. (Coord.). *Para sempre em mim*. Homenagem à Profa. Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: Ed. PUC-MG, 1998.

OLIVEIRA, M.R.; VOTRE, S.J. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.16, n.24, p.97-114, jan/jun 2009.

SWEETSER, E. E. Modality. In: *From Etymology to Pragmatics*. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Cambridge: University Press, 1990.

TALMY, L. Force-dynamics in Language and Cognition. *Cognitive Science* 12, p. 49-100, 1988.

THOMPSON, S. MULAC, A. A quantitative perspective on grammatization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Focus on theoretical and Methodological issues. v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Eds.). (Topics in English Linguistics, 66). Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JANDA, R. D.; JOSEPH, B. D. (ed.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 624-647

TRAUGOTT, E. C. Discussion article: discourse markers, modal particles and contrastive analysis, synchronic and diachronic. *Catalan Journal of Linguistics* 6, p. 139-157, 2007.

TRAUGOTT, E. C. On rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, n.1, 1989.

TRAUGOTT, E. C. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (Ed.). *Subjectivity and subjectivization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a. p.31-54.

TRAUGOTT, E. C. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at ICHL XII, Manchester, 1995b. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

Abreviações das obras citadas

- BH *Balbino, O homem do mar...* LESSA, O. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- CVB *Contos da vida breve.* Vergara, T. Rio de Janeiro, 1966.
- DSP *O demônio e a Srta. Prym,* Coelho, P. Rio de Janeiro. Rocco, 2000.
- EST *Estorvo.* Holanda, F.B. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- LC *Lobos e cordeiros.* Lopes, E. São Paulo, Moderna, 1983.
- OMC-R *O Monte Cinco.* Coelho, P. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- SAR-R *Sargento Getúlio.* Ribeiro, J.U. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- VPB-R *Viva o povo brasileiro.* Ribeiro, J.U. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.